

A NOVA ONDA DEMOCRATIZANTE NA C.E.I. (2003-2005)³⁵

Alexander Zhebit ³⁶

Resumo: O presente ensaio trata das questões da transição das sociedades autoritárias para a democracia, em consequência das recentes mudanças, ocorridas nos estados da antiga União Soviética e do Oriente Médio. Ao abordar os conceitos clássicos, a estratégia de promoção mundial da democracia e as dificuldades ou fracassos de sua implantação em sociedades que nunca viveram uma experiência democrática, o autor aponta para a necessidade de consultas constantes, formais e informais, com sociedades que passam pela reforma política, nos países, cujas tradições, multiétnica, textura social e culturas diversas absorvem lentamente e de maneira heterogênea a promoção de instituições democráticas e de liberdades e direitos humanos. Uma tentativa de comparação entre os recentes processos de democratização baseia-se na avaliação de fatores críticos para a sobrevivência de regimes democráticos recém-instalados ou em vias de consolidação.

Abstract: The present essay deals with the questions of transition of authoritarian societies to democracy, as a result of recent changes occurred in the states of the former Soviet Union and in the Middle East. When examining the classic concepts, the strategy of the world's promotion of democracy and the difficulties and failures of its establishment in societies that never lived a democratic experience, the author calls for a necessity of constant consultations, formal and informal, with societies which undergo a political reform in the countries, whose traditions, multiethnicity, social texture and variety of cultures absorb slowly and in a heterogeneous ways the promotion of democratic institutions and human rights and liberties. A attempt of comparison among the recent processes of democratization is based on estimates of the critical factors for the survival of newly established or consolidating democratic regimes.

Palavras-chave: democracia, direitos humanos, transição, autoritarismo, análise comparativa

Key-words: democracy, human rights, transition, authoritarianism, comparative analysis

A diferença entre a democracia e a ditadura?

No regime democrático o povo está insatisfeito com o seu próprio governo.

Sob a ditadura o povo fica insatisfeito com os governos dos outros povos.

Desconhecido

As questões da transição democrática, revisitadas recentemente, devido às turbulências internas em vários países da ex-União Soviética e do Oriente Médio e em virtude das exortações pela maior democracia no mundo e pela democratização, quase compulsória, dos países muçulmanos com regimes autoritários, têm sido recolocadas no centro dos debates políticos e acadêmicos, que abordam a política internacional, por dois principais motivos. Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 sobre os Estados Unidos e atos terroristas anti-ocidentais, que se seguiram, provocaram uma profunda revisão das doutrinas

³⁵ Baseado na palestra, proferida na Escola Superior de Guerra em 06 de julho de 2005.

³⁶ Doutor e Livre-Docente em História de Relações Internacionais e Política Externa, Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário Metodista Bennett – UNIBENNETT, Rio de Janeiro, RJ.

da política externa norte-americana em relação às suas estratégias globais e à política internacional no mundo islâmico, o que se repercutiu no surgimento de uma renovada visão sobre a expansão democrática mundial, que tem sido compartilhada pela maioria dos governos democráticos. Por outro lado, os processos espontâneos da democratização na Geórgia, Ucrânia, Quirguistão, Líbano, bem como democratizações no Afeganistão e no Iraque, resultantes da intervenção militar, criaram um ambiente favorável para o estudo aprofundado, inclusive comparativo, dos processos transitórios nos países que saíram das entranhas dos regimes autoritários e onde a absorção das instituições democráticas e das liberdades e direitos humanos pelas sociedades e regimes locais acusa um progresso lento e inconcluso.

Desde os anos 90 pela primeira vez uma maioria de governos no mundo já se caracteriza como democrática. Segundo os dados da Freedom House³⁷, ONG internacional de acompanhamento da expansão da democracia, 117 países no mundo têm democracias eleitorais, das quais 88 são democracias liberais. As democracias constituem 45% da população mundial e são responsáveis por 89% da produção global. Ao mesmo tempo as democracias liberais respondem por cerca de 85% das despesas militares globais. Das dez maiores economias mundiais, oito são governadas pelos líderes cujo poder se baseia em eleições livres e justas.

Em Varsóvia, em junho de 2000, foi instalada uma organização internacional, chamada a Comunidade de Democracias, que no momento do trabalho sobre este artigo teve 130 países-membros, que se comprometem com os processos da democratização. Rede flexível, sem estrutura e pessoal permanente, com funções de coordenação de processos democráticos, a organização é coordenada por um grupo multinacional de estados, que não se associam com hegemonias, reconhecem várias formas de democracia e não apenas um modelo único, tentando fortalecer princípios e instituições democráticas, com o objetivo da inclusão de países no espaço democrático³⁸. Mais uma organização internacional, instalada recentemente e chamada “Opção Democrática”, uniu a Ucrânia e a Geórgia, estendendo convite de adesão ao Quirguizstão.

O discurso inaugural do presidente G. W. Bush de 20 de janeiro de 2005 contém cerca de 40 citações das palavras “freedom” and “liberty” em vários contextos: *liberation tradition, ideal of freedom, cause of freedom, free country, human liberty (-ies), human rights, unfinished work of American freedom, economic independence as an element to freedom, triumph of freedom*. Para contrastar estes termos aparecem nove vezes a tirania, escravidão, servidão e ditadura.³⁹

A sobrevivência da liberdade nos Estados Unidos, segundo George W. Bush, depende do sucesso da liberdade em outros países. Por isso a política dos Estados Unidos deve ser orientada para apoiar a expansão dos movimentos e das instituições democráticas no mundo e promover a causa da liberdade no

³⁷ <http://www.freedomhouse.org> acessado em novembro de 2004.

³⁸ Dobriansky, Paula. Advancing democracy. The National Interest, Fall 2004, No. 77, p. 72.

³⁹ President George W. Bush's Second Inaugural address to the nation, January 20, 2005. <http://www.poststar.com>, acessado em janeiro de 2005.

mundo, em cada nação e cada cultura, com a finalidade de acabar com a tirania no mundo. Não pela força de armas, mas também com armas vamos nos defender caso seja necessário, diz o Presidente do Estados Unidos, acrescentando que a liberdade deve ser escolhida pelos cidadãos e respaldada pela força da lei e os Estados Unidos não vão impor o seu estilo aos que não desejam. O objetivo é de ajudar a outros para encontrar a sua voz, conseguir sua liberdade, porque a posição dos Estados Unidos é moral e dirige-se contra a tirania e opressão. A influência dos Estados Unidos será usada com determinação pela causa de liberdade. Através do *soft power* os Estados Unidos vão encorajar a reforma democrática em outros países, medindo o sucesso das relações com estes países pelo grau da liberalização e de liberdade, apoiando os reformadores democráticos e aplicando sanções econômicas contra governos autoritários.

Está em debate no Senado americano um projeto de lei sobre a promoção da democracia Bill S. 516, proposto pelo senador John McCain e apoiado tanto pelos republicanos como pelos democratas, que prevê ações concretas do poder executivo dos Estados Unidos com relação à expansão quase que compulsória da democracia.⁴⁰ Nele são propostas as medidas como o estabelecimento de um cargo de sub-secretário de Estado para assuntos globais e políticas e atividades da transição democrática em países não-democráticos, a reestruturação do Departamento de Estado para atender as necessidades da promoção da democracia em nível global, orientações às embaixadas americanas de elaborar estratégias de democratização nos países, “categorizados” como não-democráticos e apoiar indivíduos e organizações não-governamentais, comprometidos com princípios democráticos etc.

A Secretária de Estado americano, Condoleezza Rice, em passagem pelo Brasil nos finais do mês de abril, destacou que vê “com bons olhos” os esforços do Brasil para a consolidação democrática da região e que ele deverá contar com os Estados Unidos neste desafio. Rice afirmou, ao se referir à Venezuela, que “não adianta governo ser democraticamente eleito se não governar democraticamente” e insistiu que os Estados Unidos esperam que a Carta Democrática da Organização dos Estados Americanos (OEA) seja cumprida no Hemisfério. Na mesma época, em El Salvador, ao discursar no encontro dos líderes da CD, ela afirmou a intenção do governo dos Estados Unidos de usar o poder dos ideais compartilhados para “acelerar o avanço da democracia em cada vez maior número de lugares no mundo”.⁴¹

Não é de estranhar porque os Estados Unidos estão tão empenhados em promover a democracia. O futuro da democracia no mundo é de especial importância para os americanos, cuja identidade é inseparável de seu compromisso com os valores liberais e democráticos. Dentro das óticas kantiana e internacionalista liberal, democracias são mais amantes da paz do que outros sistemas e, segundo dados empíricos, raramente lutam umas contra outras. As democracias garantem e promovem direitos humanos, mercados, instituições constitucionais. A difusão da democracia tem implicações para as Relações Internacionais. Os países autoritários lutaram contra democracias e contra si.

⁴⁰ 109th CONGRESS, 1st Session, S. 516

⁴¹ Condoleezza critica o apoio brasileiro a Chávez. O Estado de São Paulo. 26.04.2005; Gedda, George. Rice call for acceleration of democracy. Associated Press. 29.04.2005.

Desde o início do século XIX até 2000 as democracias quase não lutaram contra democracias. A expansão de democracia significa o sucesso da liberdade. A utilidade da democracia consiste em ser um meio de conseguir paz e segurança em nível global. Na medida em que este fenômeno continue, o avanço da democracia significa a expansão da zona de paz no mundo. Um mundo predominantemente democrático significaria um mundo livre de violência.

Os três fatores, conforme estudos estatísticos, feitos desde 1885 pela Universidade de Uppsala, contradizem guerras e conflitos: a) regimes democráticos, b) economias interdependentes e c) participação nas instituições internacionais universais e multilaterais. Caso atores internacionais exibam as três características, a chance de um conflito bélico entre eles situa-se em apenas 5%.⁴²

As democracias devem ser no mínimo eleitorais, estabelecidas com base em eleições livres, abertas e imparciais. Mas somente este critério não é suficiente. A separação dos poderes, o forte sistema judiciário, a imprensa independente, a meritocracia, fortes instituições democráticas, enfim, um estado de direito ou uma ditadura da lei são os pilares essenciais de um regime democrático liberal. A democracia promove a liberdade do indivíduo e fica retroalimentada pela maior liberdade individual.

Concordando com as principais teses das doutrinas da paz democrática e levando em consideração as estatísticas empíricas, o problema que pretendo colocar para a discussão da democratização e da difusão mundial da democracia não está na finalidade, mas nos meios que levam a ela. Observa-se a tendência (Afeganistão, Iraque) de imposição de regimes democráticos pela força das armas.

Depois do 11 de setembro, o conceito da promoção democrática passa pela metamorfose, transformando-se de uma obrigação moral da política externa norteamericana em um objetivo geopolítico, ou mais ainda, em um instrumento da estratégia global dos Estados Unidos, chamado a doutrina de globalismo democrático.⁴³ A falta da democracia, da liberdade e dos direitos humanos fundamentais em alguns países, conforme a doutrina, ameaça a segurança dos Estados Unidos, os seus interesses e seus aliados, porque aqueles países irradiam radicalismo, extremismo e terrorismo, bem como existe uma forte correlação entre a carência de instituições democráticas e outras ameaças para a paz e segurança mundiais, como guerra, genocídio, inanição, indigência, tráfico de drogas, corrupção, imigração, tráfico de pessoas, perseguição religiosa e étnica, degradação ambiental e

⁴² Russet, Bruce. Mais paz no mundo do que se pensa. Palestra no Centro Brasileiro de Relações Internacionais, 19 de março de 2004, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

⁴³ Krauthammer, Charles. In defense of democratic realism. The National Interest, Fall 2004, No. 77, p. 16.

discriminação de mulheres e de minorias.⁴⁴ A “ameaça existencial”⁴⁵ impõe a conduta ofensiva e impositiva da política externa norte-americana, na qual os Estados Unidos tentam envolver seus aliados europeus e asiáticos.

Tentando-se abordar com imparcialidade as propostas do comportamento global democratizante, ou da “hegemonia democrática”⁴⁶, condicionados pela ofensiva da internacional terrorista, cabe apresentar alguns esclarecimentos a respeito de processos democráticos, com base em opiniões conceituais e exemplos pertinentes do período histórico mais recente.

Segundo Samuel Huntington, entre as variáveis que levam à democracia figuram um alto nível de riqueza, uma distribuição de renda relativamente igualitária, uma economia de mercado, a modernização social, o desenvolvimento econômico, a democracia patriarcal, uma burguesia forte, uma classe média forte, um alto nível de alfabetização e instrução, o protestantismo, pluralismo social, contestação política, estruturas democráticas no interior dos grupos sociais, baixos níveis de violência civil, reduzido grau de extremismo, líderes políticos comprometidos com a democracia, experiência colonial, tradições de tolerância, influência de uma potência estrangeiras pró-democrática, tradição de respeito à lei e aos direitos individuais, homogeneidade comunal (étnica, racial, religiosa), consenso sobre valores na sociedade, bem como ocupação por uma potência estrangeiras pró-democrática.⁴⁷ Coloco este item por último para mostrar que, apesar da experiência bem-sucedida da Alemanha e do Japão, ele é um dos caminhos e não necessariamente o certo e o único para chegar à democracia. Huntington escreve que a multiplicidade de teorias e a diversidade de experiências sugerem a validade das seguintes proposições:

- Nenhum fato único é suficiente para explicar o desenvolvimento da democracia em todos os países ou em um único país.
- Em cada país a democratização é o resultado de uma combinação de causas.
- A combinação das causas que produzem a democracia varia de país para país.⁴⁸

Além das considerações de Huntington, os argumentos de realistas, neorealistas, funcionalistas e conflitólogos sempre chegam a atormentar as planas propostas de partidários de hegemonia democrática: o sistema internacional é anárquico, dilema de segurança faz com que regimes democráticos respondam de maneira semelhante aos desafios à segurança destes, problemas transnacionais são capazes de aguçar as relações entre as democracias etc. Entre os fatores que

⁴⁴ Op.cit. President George W. Bush’s Second Inaugural address to the nation, January 20, 2005; 109th CONGRESS, 1st Session, S. 516.

⁴⁵ Krauthammer, Charles. Op. cit., p. 17-18.

⁴⁶ Karatnycky, Adrian. The Democratic Imperative. The National Interest, Summer 2004, No. 76, p. 109.

⁴⁷ Huntington, Samuel P. A Terceira Onda. A democratização no final do século XX. São Paulo: Editora Ática, 1994, p. 46-47.

⁴⁸ Ibid., p.47.

inibem o estabelecimento de democracias liberais são: conflitos étnicos e civis, tradições religiosas ou anti-liberais, desigualdades sociais, economias fechadas, mistas ou corruptas, bem como texturas sociais diversas.

Portanto, as vozes pessimistas indicam a existência de cerca de duas dúzias de verdadeiras democracias liberais no mundo, sendo que mais uma dúzia está tentando chegar ao constitucionalismo em ação, basicamente na Europa Central e Oriental. É fácil criar democracias eleitorais, mas, como a história de pós-Primeira Guerra Mundial demonstrou, elas se transformam rapidamente em democracias não-liberais. O desafio, portanto, não é criar a democracia, mas estabelecer uma ordem constitucional, porque quando uma democracia não-liberal se estabelece, ela barra, quase sem exceção, o caminho da evolução da democracia eleitoral para uma democracia liberal. Portanto, o estabelecimento de democracias apenas eleitorais é um meio seguro de acabar com a construção de democracias constitucionais.⁴⁹

Para exemplificar as dificuldades da transição democrática, a experiência das recentes transformações é muito útil. O espaço pós-soviético foi um terreno de mudanças radicais dentro de um contexto muito complexo. Ocorreram no antigo espaço pós-soviético os processos da democratização, da institucionalização, do surgimento da interação de grupos de interesses na política, da formulação de políticas de identidade, da reforma econômica, da reconstrução do federalismo, do nacionalismo e das relações inter-étnicas. A mais importante conclusão, a ser tirada da experiência dos últimos dez a quinze anos, é que nos deparamos com uma variedade excepcional dos resultados das transições democráticas sistêmicas que aconteceram nestas regiões. Houve uma série de transições bem-sucedidas (Polônia, Hungria, República Tcheca, Eslovênia), algumas transições incompletas (Romênia, Bulgária, Albânia), algumas com reincidências autoritárias (Eslováquia), várias que resultaram no retorno às políticas autoritárias (países da Ásia Central, Cáucaso) e algumas que nem começaram (Belarus). Neste panorama a democratização da Rússia e dos países Bálticos constituem uma experiência democrática única, sendo que as transformações democráticas nos três países bálticos desencadearam o processo da desintegração soviética. Houve países que mergulharam em conflitos inter-étnicos, houve regressos na democratização em Quirguizstão, na Ucrânia, no Azerbaijão, na Geórgia e houve redemocratizações na Ucrânia, Geórgia, Quirguizstão. Por que esta diversidade extraordinária numa região que teve na época soviética uma similitude econômica e política de alto grau?

⁴⁹ Odom, William E. Reattreating in good order. *The National Interest*, Summer 2004, No. 76, p. 34.

Porque os novos países se tornaram tão diferentes, se saíram do mesmo contexto histórico, político, social e internacional? Alguns pecados da falta de previsão da parte dos estudiosos da Europa Central e Oriental e da Eurásia consistem num entendimento insuficiente do funcionamento do "modelo totalitário", numa sobrevalorização do caráter monolítico do bloco soviético, numa subestimação dos atritos entre o centro e a periferia na antiga União Soviética. Isto explica-se pela falta de dados empíricos, pela restrição de acesso aos arquivos, pela impossibilidade de obter entrevistas ou pela pouca credibilidade destas, pelas falsificações oficiais ou pela dissimulação dos fatos. Somente a partir da segunda metade dos anos 80, as previsões dos analistas da política soviética e dos países da Europa Central e Oriental começaram a tornar-se mais detalhadas e certeiras. Merecem os elogios pelo seu crédito acadêmico os pesquisadores que conseguiram ver a debilidade do império soviético na questão das "nacionalidades" da União Soviética, como Rasma Karklins, Helène Carrère d'Encausse e não os soviétólogos e kremlinólogos que deduziam as políticas soviéticas observando a posição dos líderes na tribuna do Mausoleu durante os desfiles militares do 7º de novembro.⁵⁰ Portanto, o que não foi enxergado por detrás do monolitismo foi a diversidade econômica, étnica, religiosa e cultural dos países que mais tarde saíram dos escombros do sistema anterior.

Os estudos do pós-comunismo, ou a *transitologia* que surgiram depois da queda do "império soviético", mostraram uma incrível diversidade, que determinou caminhos distintos e fases diferentes dos países ex-socialistas em vias de transição. Enfrentando problemas comuns da construção nacional e estatal, da implantação da economia de mercado, da instalação das instituições democráticas, da reforma sistêmica e macroeconômica, eles tiveram que tratar de três conjuntos de problemas: a) interação entre as instituições pós-comunistas e os resquícios dos regimes anteriores; b) o dilema entre a manutenção de estabilidade política e econômica dos estados emergentes e a necessidade das reformas de transição; c) o ressurgimento do sentimento étnico e os problemas, ligados à identidade nacional⁵¹. Outros estudos, baseados na "difusão geográfica" estabelecem uma dependência e a heterogeneidade espacial da transição em função do regionalismo, da influência dos países vizinhos, da separação geográfica do pólo ocidental da irradiação da democracia.⁵²

⁵⁰ King, Charles. Post-postcommunism. Transition, comparison and the end of Eastern Europe. *World Politics*, 53 (October 2000), pp. 149-150.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² Kopstein, Jeffrey S. and Reillu, David A. Geographic diffusion and the transformation of the postcommunist world. *World Politics*, 53 (October 2000), pp. 1-37.

Os países "pós-pós-comunistas" movem-se em direções diferentes, com velocidades diversas, criando zonas de modernidade ou saindo do atraso, com regimes variando de democracias semi-liberais ou liberais prósperas a autoritarismos quase dinásticos. Não é mais possível avaliar os 27 países como um todo. Várias áreas regionais formaram-se: a Federação Russa, a Ásia Central, o Cáucaso, os países bálticos, os Balcãs, a Europa Central e a Europa Oriental, estas áreas se vinculando a outros blocos de países ou aos países, como a Rússia, a China, a União Européia, a OTAN, a CEI, a GUUAM, a Turquia, o Irã, os países islâmicos, o Grupo de Xangai etc. O processo da desintegração da União Soviética contribuiu fortemente para o surgimento das políticas diversificadas e em vias de diversificação na totalidade do espaço pós-soviético, criando, inclusive, um arco de instabilidade na região caspiana-centroasiática.⁵³

Como exemplos extremos de autoritarismo no espaço pós-pós-soviético, surgem dois países. No Uzbequistão, existe um partido único, controle estatal da mídia, planos quinquenais, monopólios estatais dos meios de produção. São perseguidos movimentos islâmicos de qualquer orientação. A região tem sofrido a maior catástrofe ecológica (diminuição em 60% do Mar de Aral), cuja água foi usada para a indústria de algodão. Da noite para o dia o país se transformou num amigo dos Estados Unidos, quando a OTAN pediu a autorização para usar a base militar em Khanbad, podendo executar operações militares no Afeganistão contra o governo de talibã em 2001 – 2002. Karimov, que começou sua trajetória autoritária em 1991, baniou partidos de oposição – Birlik e Erk e perseguiu a mídia, a sociedade civil e a religião. Ele obrigou o seu oponente Muhammad Salih a se exilar e construiu as forças de segurança nacional fortes e governou a maneira do antigo estilo soviético. Nem por isso ele consolidou a autonomia das decisões políticas frente aos interesses informais, utilizando a ameaça talibã. Durante a última rebelião em Andijan na primavera de 2005, que resultou em mortes e pedidos de asilo nos países vizinhos, Karimov conseguiu provar que a intentona foi organizada e apoiada pelos fundamentalistas islâmicos.⁵⁴

No Turcomenistão, o Turkmenbashi (pai do turcomenos), Saparmurad Niazov, eleito em 1999 por 99, 5% dos eleitores para o mandato presidencial vitalício, com base num partido único, possui estátuas douradas a ele e a mãe dele na cidade de Ashgabad. O teatro no país é proibido. Os moradores da cidade são obrigados a comunicar às autoridades a realização de casamentos e de enterros. Estrangeiros que queiram se casar com mulheres turcomenas têm que pagar USD 50 000 ao governo. Ao mesmo tempo o país ocupa o 5º lugar no mundo pelas reservas de gás e apoiado com aliado na luta contra a ameaça islâmica.⁵⁵ O

⁵³ Instituto da Europa da Academia de Ciências da Rússia. Mesa-redonda: "O arco de instabilidade na região caspiano-centro-asiática: territórios autoproclamados entre a Rússia e a Europa". 16 de abril de 2004. <http://www.isoa.ru> acessado em junho de 2005.

⁵⁴ <http://www.gazeta.ru>, acessado em 20.05.2005. Andrei Grozin. Entrevista; Central Asia - Caucasus Analyst. Wednesday / June 29, 2005

⁵⁵ Veja, 28 de janeiro de 2004.

Turcomenistão é um caso extremo da personalização e da desinstitucionalização dos regimes na Ásia Central, que enfrenta riscos de instabilidade e de ruptura na região.

No Casaquistão o presidente Nursultan Nazarbaev, antigo membro do Bureau Político do Partido comunista soviético, enfrenta uma divisão histórica entre três grupos tribais. Apesar de uma breve democratização o regime recuou para o autoritarismo. O sistema está baseado no presidencialismo forte e na economia de petróleo. Nazarbaev enfrenta os desafios como um parlamentarismo crescente, em virtude da representatividade dos clãs no parlamento, que procuram obter um maior acesso aos recursos estatais, por um lado, e uma oposição democrática em formação, por outros. A tentativa da desestabilização do regime no Uzbequistão levou os representantes do governo casaque a se pronunciarem pela “manutenção de ordem” no estado vizinho, o que demonstrou a preocupação com a possibilidade da repercussão desta no país.

No Azerbaijão, na Geórgia, na Ucrânia e em Belarus, a oposição democrática manifesta preocupação com a “perseguição dos líderes opositoristas” nos países das recentes revoluções de flores, segundo as declarações dos representantes da Rússia na Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa.⁵⁶

Mesmo considerando os fatores como a existência de ditadores, líderes autoritários, a pressão governamental sobre partidos, parlamentos e oposição nos países da ex-União Soviética, o questionamento inevitável, dirigido aos fatores da democratização, coloca em pauta da discussão a dicotomia entre os fins e os meios: será que a imposição da democracia não resultará em sua rejeição em razão da ausência de tradição democrática e da resistência cultural, como já tinha acontecido, por exemplo, no período entreguerras na Europa? Qual será a repercussão da democratização forçada nos países muçulmanos e orientais em geral, cujas texturas sociais e cujo tradicionalismo são multiplicados pelo fator religioso?

Nos países da Ásia Central e do Cáucaso, por exemplo, a situação complica-se pela presença forte e enraizada das estruturas sociais que resistem às mudanças institucionais. Políticas de clã, ou seja, políticas de competição, de ajustes e de negócios entre os clãs na perseguição de interesses próprios, estão baseadas nas redes informais de família ou laços familiares fictícios. Clãs atravessam os limites de classes, formando organizações sociais estreitas, exclusivistas e impenetráveis para órgãos de poder público, que não os “vêem”. Ajustes entre clãs ajudaram a estabilizar as transições em quatro países da Ásia Central pós-soviética e a competição entre os clãs resultou num conflito civil no quinto - o Tadjiquistão em 1995 – 1999. A democratização falhou, mas autoritarismos não se consolidaram também.

⁵⁶ RIA Novosti, 25 de junho de 2005.

A teoria de modernização, de maneira geral, vê a organização social tradicional - linhagem, clã e tribo - como um desafio ao desenvolvimento político. Os estudiosos da transição e da democratização tentam ignorar o campo informal das políticas, que é crítico para os países do mundo em desenvolvimento. Porque os clãs são poderosos na política dos países da região? De que maneira os clãs afetam a durabilidade e o tipo do regime? Clãs persistem sob regimes duros. Sob as condições de risco, eles fazem pactos. Pactos têm efeitos limitados e de curto prazo sobre trajetórias políticas dos países. Pactos favorecem a durabilidade do estado, independentemente do regime. Os pactos são a resposta à instabilidade e não à transição, eles não favorecem a democratização das sociedades.⁵⁷ Regimes formais convergem às políticas informais dos clãs, nas quais clãs são a fonte primária do poder político e econômico, uma rede informal que abrange o regime e as instituições. Classes, sindicatos ou partidos, ou seja, organizações sociais formais são praticamente irrelevantes na Ásia Central. As sociedades afetam os estados da Ásia Central tanto ou mais ainda do que os estados afetam as sociedades. A inaptidão dos estados é, sobretudo, evidente quando ele aspira controlar sociedades, organizadas informalmente.⁵⁸

O caso do estudo dos clãs nos países da Ásia Central é, com ressalvas, extensivo a todos os países de culturas muçulmanas, orientais, africanas ou caribenhas, onde as sociedades conservaram as formas de convívio tradicional, a textura das relações sociais que resistem às mudanças do modo de vida que assimila de maneira rápida as propostas democráticas que derrubam as bases de relacionamento clânico, tribal ou religioso.

Os instrumentos da hegemonia democrática, como o intervencionismo democrático em Bósnia (1995), Kosovo (1999), Sierra Leone (1997 e 2002), Afeganistão (2001), Libéria, Costa de Marfim e a República Democrática de Congo (2003), Iraque (2003), Haiti (2004) não são bem assimilados pelas populações porque funcionam como imposições, sendo que a presença das forças armadas intervencionistas nos territórios dos países não é apenas questionada, mas em alguns casos resistida por violência pontual ou indiscriminada.

O chamado “realismo democrático” resulta em uma suspeita maior, relativa à democratização. A política democratizante dos Estados Unidos não está desvinculada dos interesses efetivos na região das turbulências islâmicas, de olho nos enormes recursos de hidrocarbonetos na região do Oriente Médio, na Ásia Central,

⁵⁷ Collins, Kathleen. The logic of clan politics. *World Politics* 56 (January 2004), pp. 224 –261; Khliupin, V. Grozin, A. As elites nômades da Ásia Central. *Ásia e África hoje*. 2001, N° 4, acessado no <http://www.zatulin.ru> em junho de 2005.

⁵⁸ Collins, Kathleen. Op. cit.

Cáucaso e, sobretudo, do Mar Cáspio. A presença militar americana nos quatro países da região caucasiana-centroasiática - Geórgia (conselheiros), Uzbequistão (base aérea), Tadjiquistão (pouso de abastecimento de aviões da OTAN), Quirguistão (base aérea), originada pela operação anti-talibã – cria uma nova forma de presença democrática, que provoca questionamentos do ponto de vista geo-estratégico. Levando em consideração as intenções dos governos da Geórgia e da Ucrânia de se aderir proximamente à OTAN, acompanhadas pela parceria dos países da Ásia Central com a OTAN e a cooperação militar nos quadros da GUUAM, a percepção que se tem é que o tabuleiro estratégico da região está em profunda mudança e a troca de atores estratégicos está acontecendo. Ao mesmo tempo a região se projeta como uma extensão gigantesca dos recursos de hidrocarbonetos do Golfo Pérsico e do Oriente Médio. Evidentemente, isto significa o afastamento da Rússia e sua exclusão de seus interesses daquela parte do mundo que se vislumbra como um “novo Caminho de Seda”.

Em contraste aos Estados Unidos, que agem com força enquanto promovem a democracia, a União Européia utiliza “soft power”: popularidade, apoio das idéias e movimentos democráticos, dos líderes de oposição, como aconteceu na Sérvia, Eslováquia, Geórgia, Ucrânia. A maioria dos países da Europa Oriental e Central (Polônia, Hungria, República Tcheca, países bálticos) são inseridos nas estruturas de segurança coletiva e de cooperação econômica da União Européia. Se os Estados Unidos enfatizam argumentos estratégicos da democratização (combate ao terrorismo, não-proliferação das ADM), a União Européia dá prioridade aos argumentos humanitários.

Os novos exemplos da democratização, como a Revolução de rosas na Geórgia (em novembro de 2003), Revolução de Laranja na Ucrânia (em dezembro de 2004) e a Revolução das Tulipas na Quirguízia (em março de 2005) demonstram uma forte ação popular, oposições organizadas e a insatisfação com a ineficácia, autoritarismo e corrupção dos governos dos países. Duas das três revoluções democráticas, acima mencionadas, aconteceram com o envolvimento da União Européia e dos países da Europa Central e Oriental. No quadro que segue no Anexo, são reunidos e qualificados alguns critérios da política do estado que definem a fragilidade do poder democrático e sua disposição de entrar em crises. A análise preliminar deste quadro comparativo indica que a violência militar, sobretudo, por intermédio da intervenção estrangeira, bem como a tensão religiosa e étnica, os fatores sociais nas sociedades tradicionais, não-afetadas pela modernização política, são grandes inibidores à implantação da democracia. A obra da democratização, portanto, deve ser paciente, paulatina, em consulta permanente com a população, através das sondagens da opinião pública, para que não se fira os padrões tradicionais, para que a experiência democrática não cause rejeição do modelo democrático e uma reação contrária na formação de uma sociedade de tipo extremista. O caso da chegada ao poder dos talibãs no Afeganistão dá razão para reflexões a este respeito. Há críticas aos regimes pós-

pós-democráticos na Geórgia (“sakashismo”), na Ucrânia (perseguição da oposição política), no Quirguizstão (acumulação do poder dentro dos clãs do sul do país – Djalalabad, Osh, Uzguen), que devem ser levados em conta no planejamento do estabelecimento da democracia.

Existe a necessidade da democratização paulatina ou mesmo seletiva, em função da maturidade das sociedades locais. Há vários obstáculos à democratização, que não podem ser desprezados, tanto políticos (por causa de recaídas de autoritarismos), quanto culturais (algumas culturas anti-democráticas impediriam a difusão das normas democráticas de sociedade, negariam a legitimidade às instituições). No entanto, o relativismo de oposição cultural não é argumento para não democratizar, mas é razão de ouvir as sociedades que estão em processo de democratização, utilizando voto, referendo, pesquisa de opinião pública, aproveitando a colaboração de organismos internacionais, parcerias com segmentos democratizantes da sociedade. O melhor meio de testar a democracia é dirigir-se aos cidadãos, querendo saber a sua vontade, conferindo o universalismo dos direitos e liberdades com a sua aceitação pelas sociedades e pelos institutos sociais, religiosos e culturais. A experiência da Turquia, do Quirguistão, do Líbano, da Indonésia podem ser úteis para esta análise.

Como indica o exemplo dos países asiáticos, há outros caminhos mais alvissareiros que levam à democracia de maneira mais segura do que a democratização forçada. Sólidas bases estatais nacionais, economia forte e atuante, abertura do mercado, cooperação internacional, regional e bilateral, ajuda financeira, reforço da oposição democrática, estabelecimento de fundações não-governamentais de promoção democrática eficazes e respeitadas pelo governo e pela população apresentam-se como fatores que não apenas corroboram para o desenvolvimento econômico, mas também contribuem para a implantação de instituições democráticas.

A percepção pessimista dos países da antiga União Soviética, formada durante a década dos 90, distorce a realidade que caracteriza atualmente a região centroasiática. As taxas de crescimento do PIB nos países da Ásia Central em 2002 – 2003 são extraordinárias – em média 8, 7%. Para os anos 2005 – 2006 são previstos os ritmos do crescimento em torno de 6% por ano. Com exceção do Tadjiquistão e do Quirguizstão, os países não apenas não têm déficits expressivos do orçamento, mas possuem superávits, como o Uzbequistão.

Os cinco países centroasiáticos, junto com o Azerbaidjão, o Afeganistão e a Região Autônoma Uigur da China – Xinjiang, possuem cerca de 60 milhões de população, PIB cumulativo de US\$ 43 bilhões, um alto nível de alfabetização (97% da população adulta) e de educação, um investimento da época soviética. Mulheres estão presentes na educação em todos os níveis, liderando as estatísticas dos países em desenvolvimento e ultrapassando de longe as dos

países islâmicos.⁵⁹ Região do Mar Cáspio (incluindo territórios adjacentes) tem 4% das reservas estimadas do petróleo e uma porcentagem maior de gás. O Casaquistão, o Turcomenistão e o Azerbaijão são beneficiários destas riquezas naturais. A Ásia Central é o segundo maior produtor de algodão e uma das zonas mais férteis para o cultivo de frutas e legumes. O Quirguistão e a China são membros da OMC.

Os países continuam sendo as mais pobres da região, com a renda per capita que varia entre cerca de US\$ 1 300, 00 no Casaquistão e Turcomenistão e por volta de US\$ 300, 00 no Uzbequistão, Quirguizstão e Tadjiquistão. Mas segundo Frederick Starr, presidente do Instituto da Ásia Central – Cáucaso da Escola de Paul Nitze dos Estudos Internacionais Avançados, a chave à renovação econômica e social reside na expansão de cooperação regional e de comércio continental através da melhoria da infraestrutura de transportes e a diminuição de restrições impostas ao comércio exterior.⁶⁰

Não há dúvida de que sociedades democráticas constituirão regimes políticos de futuro. Nesta direção aponta a última tendência de democratização. Concordando em tese com esta idéia, lembram-se as considerações de Hedley Bull, que na sua obra seminal “A sociedade anárquica”, avaliando a correlação entre a ordem e a justiça, escreve: “... embora a ordem na política mundial seja valiosa e constitua condição para existência de outros valores, ela não deve ser considerada um valor supremo ...”.⁶¹ No entanto, a cautela política e bom senso indicam que o princípio “fiat justitia pereat mundo” não será uma estrela-guia, quando é aplicada a uma cultura e uma sociedade diferente da tradição ocidental. No momento em que os países se transformam e passam pelas transições tectônicas, uma estabilidade razoável pode significar um mal menor quando se conhece melhor a tradição local e repercussões do uso da força mesmo com as melhores intenções sobre aquelas sociedades, com a tentativa impor uma “felicidade” obrigatória para todos.

Segundo o ditado, atribuído a Winston Churchill, a democracia é o pior dos regimes, exceto todos os outros. A vitória da democracia não é um fim decidido, é uma oportunidade. Existe uma massa geopolítica e geoeconômica crítica para garantir a expansão democrática no mundo. No entanto, cada democracia tem seus defeitos e deve ser aperfeiçoada. Inclusive a ciência de como fazer a democracia deve ser aprimorada. Uma democracia melhor é sempre uma democracia maior, mais ampla, mais extensa. Esta observação pode ser dirigida também às democracias liberais mais evoluídas do mundo. Se é assim, a democratização de novas sociedades deve ser vista de maneira que os erros cometidos no passado não sejam repetidos.

⁵⁹ Starr, Frederick. Central Asia in the Global Economy. Foreign Policy, 2004, September-October. Special Advertising Supplement, p. 2-4.

⁶⁰ Ibid., p. 5-6.

⁶¹ Bull, Hedley. A sociedade anárquica. Brasília: UnB; IPRI, 2002, p. 115.

Bibliografia

1. Albright, Madleine K. How to help Ukraine vote. The New York Times, March, 8, 2004.
2. Alexander, Gerard. The Authoritarian Illusion. The National Interest. Fall 2004, No. 77, p. 79-83.
3. Berlin, Isaiah. Four Essays on Liberty, Oxford Press University, 1969.
4. Blank, Stephen. Democratic prospects in Central Asia. World Affairs, Winter 2004 v.166.
5. Briggs, Joe Bob. Behind the Silk Curtain. The National Interest, Summer 2004, No. 76, p. 129-135.
6. Bull, Hedley. A sociedade anárquica. Brasília: UnB; IPRI, 2002.
7. Cardoso, F.H. Democracia e terrorismo. O Globo, 06.03.2005
8. Collins, Kathleen. The logic of clan politics. World Politics 56 (January 2004), pp. 224 –261.
9. Condoleeza critica o apoio brasileiro a Chávez. O Estado de São Paulo. 26.04.2005.
10. Dobriansky, Paula. Advancing democracy. The National Interest, Fall 2004, No. 77, p. 71-78.
11. Freedom in the World. <http://www.freedomhouse.org>
12. Fukuyama, Francis. The Neoconservative Moment. The National Interest, Summer 2004, No. 76, p. 57-68
13. Gedda, George. Rice call for acceleration of democracy. Associated Press. 29.04.2005
14. Gryzinski, Vilma. O despertar árabe. Veja, 30.03.2005
15. Gutterman, Steve. Russians Accept Limitations of Rights. Associated Press, 06.10.2004, <http://www.news.yahoo.com>
16. Huntington, Samuel P. A Terceira Onda. A democratização no final do século XX. São Paulo: Editora Ática, 1994.
17. Karatnycky, Adrian. The Democratic Imperative. The National Interest, Summer 2004, No. 76, p. 107-116.
18. King, Charles. Post-postcommunism. Transition, comparison and the end of Eastern Europe. World Politics, 53 (October 2000), pp. 143-172.
19. Kopstein, Jeffrey S. and Reillu, David A. Geographic diffusion and the transformation of the postcommunist world. World Politics, 53 (October 2000), pp. 1-37.
20. Krauthammer, Charles. In defense of democratic realism. The National Interest, Fall 2004, No. 77, p. 15-25.
21. Nye, Joseph. George Bush recorre a “poder sutil”. Jornal do Brasil, 13.03.2005
22. Odom, William E. Reattreating in good order. The National Interest, Summer 2004, No. 76, p. 33-40.
23. O pior país do mundo. Veja, 28 de janeiro de 2004.

24. President George W. Bush's Second Inaugural address to the nation, January 20, 2005. <http://www.poststar.com>, 24.01.2005.
25. Primakov, Yevgeny. Auditing Arrogance. The National Interest, Summer 2004, No. 76, p. 8-11.
26. Russet, Bruce. Mais paz no mundo do que se pensa. CEBRI, 19 de março de 2004.
27. Starr, Frederick. Central Asia in the Global Economy. Foreign Policy, 2004, September-October. Special Advertising Supplement, p. 1-6.
28. Weitz, Richard. Central Asia's Challenging March Toward Democracy. Central Asia - Caucasus Analyst. Wednesday / June 29, 2005

Anexo

Quadro de análise comparativa das democracias em transição (2003 - 2005)

País	Regime	Economia	Presença estrangeira militar	Tensão religiosa	Tensão étnica	Conflito civil ou étnico
Afeganistão	Democracia patriarcal	Tribal	Sim	Sunita/xiita	Tadjique/Puchtun	Sim
Geórgia	Democracia autoritária	Mista	Sim	Cristão/sunita	Georgiano/abkhaz/ossiêtio	Sim
Iraque	Democracia autoritária	Mista	Sim	Sunita/xiita	Curdos/Árabes	Sim
Ucrânia	Democracia autoritária	Estatizada ou mista	Sim	Uniatas/ortodoxos	Russo/ucraniano/tártaro	Sim
Líbano	Democracia confessional	Mercado ou mista	Sim	Sunita/cristão/xiita	Não	Sim
Quirguizstão	Democracia autoritária	Mista	Sim	Não	Não	Não